**DECRETO Nº 63.279, DE 19 DE MARÇO DE 2018**

Dispõe sobre as alterações que especifica na estrutura da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), introduz modificações no Decreto nº 46.488, de 8 de janeiro de 2002, que trata de sua reorganização, e dá providências correlatas

**GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,**

**Decreta:**

**Artigo 1º – As unidades adiante especificadas, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), têm suas denominações alteradas na seguinte conformidade:**

**I – para Centros Avançados de Pesquisa, os Centros Avançados de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio, dos Institutos Agronômico, Biológico, de Pesca e de Zootecnia;**

**II – para Centros de Pesquisa:**

**a) os Centros de Análise e Pesquisa Tecnológica do Agronegócio, dos Institutos Agronômico e de Zootecnia;**

**b) os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento, dos Institutos Agronômico, Biológico, de Economia Agrícola, de Pesca, de Tecnologia de Alimentos e de Zootecnia;**

**III – para Centro Experimental de Campinas “Fazenda Santa Elisa”, o Centro Experimental Central, do Instituto Agronômico;**

**IV – no Instituto Biológico:**

**a) para Laboratório Especializado de Sanidade Avícola, de Bastos, a Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento, do agora denominado Centro Avançado de Pesquisa Avícola;**

**b) para Centro Avançado de Pesquisa em Proteção de Plantas e Saúde Animal, o Centro Experimental Central;**

**V – no Instituto de Pesca:**

**a) para Núcleo Regional de Pesquisa do Litoral Sul, o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Litoral Sul;**

**b) para Núcleo Regional de Pesquisa do Litoral Norte, o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Litoral Norte;**

**c) para Centro de Pesquisa de Aquicultura, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Peixes Ornamentais;**

**VI – para Centro de Pesquisa de Ciência e Qualidade dos Alimentos, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Química de Alimentos e Nutrição Aplicada, do Instituto de Tecnologia de Alimentos;**

**VII – para Polos Regionais, os Polos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios, do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento.**

**Artigo 2º – Ficam criados, na estrutura da APTA:**

**I - diretamente subordinados aos respectivos Diretores dos Institutos a que se destinam:**

**a) 6 (seis) Centros de Programação de Pesquisa, sendo 1 (um) para cada Instituto;**

**b) 6 (seis) Núcleos de Gestão de Cursos Especializados, sendo 1 (um) para cada Instituto;**

**II - no Instituto Agronômico:**

**a) diretamente subordinado ao Diretor do Instituto, o Centro de Pesquisa de Ação Regional, com:**

**1. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Capão Bonito;**

**2. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Mococa;**

**3. 2 (duas) Equipes Operacionais;**

**b) diretamente subordinado ao Diretor do Centro Avançado de Pesquisa de Cana, o Núcleo de Atividades Técnico-Operacionais;**

**c) diretamente subordinado ao Diretor do Centro de Pesquisa de Grãos e Fibras, o Núcleo de Produção de Sementes Genéticas;**

**d) diretamente subordinado ao Diretor do Centro de Pesquisa de Fitossanidade, o Núcleo do Quarentenário;**

**III – no Instituto Biológico, diretamente subordinado ao Diretor do Centro de Pesquisa de Sanidade Animal, o Laboratório Especializado de Sanidade Apícola, de Pindamonhangaba;**

**IV – no Instituto de Zootecnia, diretamente subordinado ao Diretor do Centro de Pesquisa de Bovinos de Leite, o Laboratório Especializado de Qualidade do Leite, de Ribeirão Preto;**

**V – 8 (oito) Unidades Laboratoriais de Referência, sendo:**

**a) 2 (duas) para o Instituto Agronômico;**

**b) 2 (duas) para o Instituto Biológico;**

**c) 1 (uma) para o Instituto de Pesca;**

**d) 2 (duas) para o Instituto de Tecnologia de Alimentos;**

**e) 1 (uma) para o Instituto de Zootecnia;**

**VI - diretamente subordinado ao Diretor do Centro de Recursos Humanos, do Departamento de Gestão Estratégica, o Núcleo de Apoio à Gestão de Recursos Humanos;**

**VII – os órgãos colegiados a seguir especificados:**

**a) 7 (sete) Comissões de Integridade Científica, destinadas:**

**1. 6 (seis) para os Institutos de Pesquisa, sendo 1 (uma) para cada Instituto;**

**2. 1 (uma) para o Departamento de Descentralização do Desenvolvimento;**

**b) 4 (quatro) Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs), destinadas:**

**1. 1 (uma) para o Instituto Biológico;**

**2. 1 (uma) para o Instituto de Pesca;**

**3. 1 (uma) para o Instituto de Zootecnia;**

**4. 1 (uma) para o Departamento de Descentralização do Desenvolvimento.”.**

**Artigo 3º - As Unidades de Pesquisa e Desenvolvimento da APTA, adiante especificadas, têm a subordinação e, quando for o caso, também a denominação alteradas na seguinte conformidade:**

**I – das previstas para o Centro de Insumos Estratégicos e Serviços Especializados:**

**a) 1 (uma), com a denominação alterada para Laboratório Regional de Sorocaba, passa a integrar a estrutura do Centro Avançado de Pesquisa em Proteção de Plantas e Saúde Animal, do Instituto Biológico;**

**b) 1 (uma), com a denominação alterada para Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de São Roque, passa a integrar a estrutura do Polo Regional do Centro Sul, do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento;**

**II – das previstas para os Polos Regionais, do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento:**

**a) passam a integrar a estrutura do Centro de Pesquisa de Ação Regional, do Instituto Agronômico:**

**1. com a denominação alterada para Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Jaú “Hélio de Moraes”, 1 (uma) do Polo Regional do Centro Oeste;**

**2. com as denominações alteradas para Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itararé e Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Tatuí, 2 (duas) do Polo Regional do Sudoeste Paulista;**

**b) passam a integrar a estrutura do Centro de Pesquisa de Aquicultura, do Instituto de Pesca:**

**1. com a denominação alterada para Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Campos do Jordão, 1 (uma) do Polo Regional do Vale do Paraíba;**

**2. com a denominação alterada para Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Pirassununga, 1 (uma) do Polo Regional do Centro Leste;**

**c) passam a integrar a estrutura do Centro de Pesquisa de Zootecnia Diversificada, do Instituto de Zootecnia:**

**1. a Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Registro, do Polo Regional do Vale do Ribeira, mantida a sua denominação;**

**2. com a denominação alterada para Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Tanquinho – Piracicaba, 1 (uma) do Polo Regional do Centro Sul;**

**3. com a denominação alterada para Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itapeva, 1 (uma) do Polo Regional do Sudoeste Paulista;**

**d) passa a integrar a estrutura do Centro Avançado de Pesquisa de Bovinos de Corte, do Instituto de Zootecnia, com a denominação alterada para Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de São José do Rio Preto, 1 (uma) do Polo Regional do Centro Norte;**

**e) passa a integrar estrutura do Centro Avançado de Pesquisa em Proteção de Plantas e Saúde Animal, do Instituto Biológico, com a denominação alterada para Laboratório Regional de Araçatuba, 1 (uma) do Polo Regional do Extremo Oeste;**

**f) passa a integrar a estrutura do Polo Regional do Centro Sul, do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento, com a denominação alterada para Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itapetininga, 1 (uma) do Polo Regional do Sudoeste Paulista.**

**Artigo 4º - Integram, também, a estrutura da APTA os 7 (sete) Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs a que se refere o item 1 do § 3º do artigo 8º do Decreto nº 62.817, de 4 de setembro de 2017, observadas as disposições previstas no § 4º do referido artigo e no artigo 9º do mesmo decreto.**

**Artigo 5º – Ficam extintas as seguintes unidades da APTA:**

**I - a Secretaria Executiva do Conselho Superior de Pesquisa dos Agronegócios, do Gabinete do Coordenador, e seu Núcleo de Apoio Administrativo;**

**II – o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Jardim Botânico, do agora denominado Centro Experimental de Campinas “Fazenda Santa Elisa”, em decorrência do disposto no inciso III do artigo 1º deste decreto;**

**III – do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento:**

**a) o Centro de Insumos Estratégicos e Serviços Especializados;**

**b) os Polos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios, a seguir especificados:**

**1. do Sudoeste Paulista;**

**2. do Nordeste Paulista;**

**3. do Centro Leste;**

**IV – os Núcleos de Pesquisa e Desenvolvimento:**

**a) dos Centros Avançados de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio, agora denominados Centros Avançados de Pesquisa, em decorrência do disposto no inciso I do artigo 1º deste decreto;**

**b) dos Centros de Análise e Pesquisa Tecnológica do Agronegócio, agora denominados Centros de Pesquisa, em decorrência do disposto na alínea “a” do inciso II do artigo 1º deste decreto;**

**c) dos Polos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios, agora denominados Polos Regionais, em decorrência do disposto no inciso VII do artigo 1º deste decreto.**

**Parágrafo único – Juntamente com os 3 (três) Polos identificados nos itens 1 a 3 da alínea “b” do inciso III deste artigo, ficam extintos os Conselhos de Pesquisa e Desenvolvimento (CPDs), os Núcleos de Informação e Transferência do Conhecimento e os Núcleos de Apoio Administrativo, previstos em suas respectivas estruturas.**

**Artigo 6º - Os dispositivos adiante identificados do Decreto nº 46.488, de 8 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:**

**I – o artigo 3º:**

**“Artigo 3° - São finalidades da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA):**

**I - gerar, adaptar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para sustentação e ampliação da competitividade das cadeias de produção dos agronegócios paulistas, com ênfase no agronegócio familiar;**

**II - formular e executar políticas públicas de pesquisa e desenvolvimento sustentável para diferentes realidades das cadeias de produção e/ou regiões dos agronegócios;**

**III - promover o desenvolvimento do capital intelectual, público e privado;**

**IV - formular e executar políticas:**

**a) de produção de insumos estratégicos e de prestação de serviços especializados, visando atender a demanda dos agentes das cadeias de produção;**

**b) de produção, multiplicação e comercialização de sementes e mudas de cultivares, insumos, processos, tecnologias, material reprodutivo para aquicultura, pecuária e serviços técnicos, inclusive na área de tecnologia de alimentos, oriundas de sua programação técnico-científica, visando acelerar a adoção de inovação tecnológica dos Institutos de Pesquisa da APTA;**

**V – preservar e ampliar o patrimônio genético das espécies que compõem os bancos de germoplasma de interesse para as pesquisas desenvolvidas no âmbito da APTA;**

**VI – disponibilizar serviços laboratoriais na área de atuação dos Institutos;**

**VII – promover e apoiar o desenvolvimento regional do agronegócio;**

**VIII – promover e acompanhar, no âmbito de sua área de atuação, ações decorrentes da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008 (Lei de Inovação Técnológica do Estado de São Paulo) e suas alterações.”;(NR)**

**II – do artigo 6º, o parágrafo único que passa a denominar-se § 1º:**

**“§ 1º - O Gabinete do Coordenador conta, ainda, com uma Célula de Apoio Administrativo e cada uma de suas unidades, exceto o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, com um Corpo Técnico.”;(NR)**

**III - o inciso IV do artigo 7º:**

**“IV – Centro de Recursos Humanos, com Núcleo de Apoio à Gestão de Recursos Humanos;”;(NR)**

**IV – do artigo 8º:**

**a) a alínea “a” do inciso III, com a redação dada pelo inciso IV do artigo 1º do Decreto nº 49.284, de 23 de dezembro de 2004:**

**“a) Cana, com:**

**1. Núcleo de Atividades Técnico-Operacionais;**

**2. Recinto de Eventos do Agronegócio de Ribeirão Preto;”;(NR)**

**b) o inciso IV:**

**“IV – Centros de Pesquisa de:**

**a) Café “Alcides Carvalho”;**

**b) Grãos e Fibras, com Núcleo de Produção de Sementes Genéticas;**

**c) Horticultura;**

**d) Ecofisiologia e Biofísica;**

**e) Fitossanidade, com Núcleo do Quarentenário;**

**f) Recursos Genéticos Vegetais;**

**g) Solos e Recursos Ambientais;**

**h) Ação Regional, com:**

**1. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Capão Bonito;**

**2. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Mococa;**

**3. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itararé;**

**4. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Jaú “Hélio de Moraes”;**

**5. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Tatuí;”;(NR)**

**c) o inciso VI:**

**“VI – Centro Experimental de Campinas “Fazenda Santa Elisa”, com Núcleo de Apoio Administrativo;”;(NR)**

**d) o parágrafo único que passa a denominar-se § 1º:**

**“§ 1º - O Instituto Agronômico e cada uma de suas unidades, exceto o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, contam, ainda, com uma Célula de Apoio Administrativo e com um Corpo Técnico.”;(NR)**

**V – do artigo 9º:**

**a) os incisos III e IV:**

**“III – Centros de Pesquisa de:**

**a) Sanidade Vegetal;**

**b) Proteção Ambiental;**

**c) Sanidade Animal, com:**

**1. Laboratório Especializado de Sanidade Apícola, de Pindamonhangaba;**

**2. Biotério;**

**IV – Centros Avançados de Pesquisa:**

**a) Avícola, com Laboratório Especializado de Sanidade Avícola, de Bastos;**

**b) em Proteção de Plantas e Saúde Animal, com:**

**1. Laboratório Regional de Araçatuba;**

**2. Laboratório Regional de Sorocaba;**

**3. Núcleo de Apoio Administrativo;**

**4. Centro de Convivência Infantil;”;(NR)**

**b) o parágrafo único:**

**“Parágrafo único - O Instituto Biológico e cada uma de suas unidades, exceto o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, contam, ainda, com uma Célula de Apoio Administrativo e com um Corpo Técnico.”;(NR)**

**VI – o parágrafo único do artigo 10:**

**“Parágrafo único - O Instituto de Economia Agrícola e cada uma de suas unidades, exceto o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, contam, ainda, com uma Célula de Apoio Administrativo e com um Corpo Técnico.”;(NR)**

**VII - do artigo 11:**

**a) os itens 1 e 2 da alínea “a” do inciso III, com a redação dada pelo inciso XI do artigo 1º do Decreto 49.284, de 23 de dezembro de 2004:**

**“1. Núcleo Regional de Pesquisa do Litoral Sul;**

**2. Núcleo Regional de Pesquisa do Litoral Norte;”;(NR)**

**b) o inciso IV:**

**“IV – Centros de Pesquisa de:**

**a) Aquicultura, com:**

**1. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Campos do Jordão;**

**2. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Pirassununga;**

**b) Recursos Hídricos;”;(NR)**

**c) o parágrafo único:**

**“Parágrafo único - O Instituto de Pesca e cada uma de suas unidades, exceto o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, contam, ainda, com uma Célula de Apoio Administrativo e com um Corpo Técnico.”;(NR)**

**VIII – do artigo 12:**

**a) a alínea “f” do inciso III:**

**“f) Ciência e Qualidade dos Alimentos;”;(NR)**

**b) o parágrafo único:**

**“Parágrafo único - O Instituto de Tecnologia de Alimentos e cada uma de suas unidades, exceto o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, contam, ainda, com uma Célula de Apoio Administrativo e com um Corpo Técnico.”;(NR)**

**IX – do artigo 13:**

**a) os incisos III e IV:**

**“III – Centro Avançado de Pesquisa de Bovinos de Corte, com Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de São José do Rio Preto;**

**IV – Centros de Pesquisa de:**

**a) Bovinos de Leite, com Laboratório Especializado de Qualidade do Leite, de Ribeirão Preto;**

**b) Zootecnia Diversificada, com:**

**1. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Registro;**

**2. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Tanquinho – Piracicaba;**

**3. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itapeva;**

**c) Nutrição Animal e Pastagens;**

**d) Genética e Reprodução Animal;”;(NR)**

**b) o parágrafo único:**

**“Parágrafo único - O Instituto de Zootecnia e cada uma de suas unidades, exceto o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, contam, ainda, com uma Célula de Apoio Administrativo e com um Corpo Técnico.”;(NR)**

**X – o inciso V do artigo 14:**

**“V – Polos Regionais:**

**a) do Vale do Ribeira, sediado em Pariquera-Açu;**

**b) do Vale do Paraíba, sediado em Pindamonhangaba, com Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Ubatuba;**

**c) do Médio Paranapanema, sediado em Assis;**

**d) do Extremo Oeste, sediado em Andradina;**

**e) da Alta Sorocabana, sediado em Presidente Prudente;**

**f) da Alta Mogiana, sediado em Colina;**

**g) do Centro Oeste, sediado em Bauru, com:**

**1. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Barra Bonita;**

**2. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Brotas;**

**3. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Gália;**

**4. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Marília;**

**h) do Centro Sul, sediado em Piracicaba, com:**

**1. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de São Roque;**

**2. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Tietê;**

**3. Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itapetininga;**

**i) da Alta Paulista, sediado em Adamantina;**

**j) do Centro Norte, sediado em Pindorama;**

**k) do Leste Paulista, sediado em Monte Alegre do Sul.”;(NR)**

**XI - os artigos 19 e 20:**

**“Artigo 19 - Os Institutos de Pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) contam, ainda, com 35 (trinta e cinco) Unidades Laboratoriais de Referência, destinadas:**

**I – 9 (nove) ao Instituto Agronômico;**

**II - 7 (sete) ao Instituto Biológico;**

**III - 2 (duas) ao Instituto de Economia Agrícola;**

**IV - 5 (cinco) ao Instituto de Pesca;**

**V - 6 (seis) ao Instituto de Tecnologia de Alimentos;**

**VI - 6 (seis) ao Instituto de Zootecnia.**

**Parágrafo único – A distribuição das Unidades Laboratoriais de Referência será realizada por portaria do dirigente do departamento que integram.**

**Artigo 20 - A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) conta, ainda, com 32 (trinta e duas) Equipes Operacionais, destinadas:**

**I – 11 (onze) ao Instituto Agronômico;**

**II – 4 (quatro) ao Instituto Biológico;**

**III – 4 (quatro) ao Instituto de Pesca;**

**IV – 4 (quatro) ao Instituto de Zootecnia;**

**V - 9 (nove) ao Departamento de Descentralização do Desenvolvimento.**

**Parágrafo único – A distribuição das Equipes Operacionais será realizada por portaria do dirigente do departamento que integram.”;(NR)**

**XII - os artigos 23 a 29:**

**“Artigo 23 – O Instituto Agronômico tem as seguintes atribuições:**

**I - realizar pesquisa agrícola e disponibilizar à sociedade seus resultados;**

**II - gerar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para o negócio agrícola, objetivando a otimização dos sistemas de produção, o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade do meio ambiente;**

**III - promover a qualidade e a diversidade da produção agrícola;**

**IV - identificar e manter o patrimônio genético de espécies, variedades e cultivares de interesse socioeconômico para o Estado;**

**V – desenvolver e produzir sementes, mudas e matrizes, genéticas e básicas, bem como serviços técnicos, para atendimento das demandas do setor produtivo;**

**VI – participar na formação profissional, visando à especialização em áreas afins, por meio de treinamentos, dias de campo, estágios, cursos de especialização, extensão universitária e cursos de qualificação de profissionais de nível superior;**

**VII - apoiar o desenvolvimento regional do agronegócio;**

**VIII - disponibilizar serviços laboratoriais no âmbito de sua área de atuação;**

**IX – implementar e acompanhar ações decorrentes da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008 (Lei de Inovação Tecnológica do Estado de São Paulo) e suas alterações.**

**Artigo 24 - O Instituto Biológico tem as seguintes atribuições:**

**I – realizar, gerar, adaptar e difundir pesquisas científicas e tecnológicas em sanidade animal e vegetal e suas interações com o meio ambiente;**

**II – disponibilizar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para o negócio agropecuário, nas áreas de sanidade animal, vegetal e ambiental, com vistas a garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade;**

**III – desenvolver e produzir insumos, processos, tecnologias e serviços técnicos para atendimento das demandas em sanidade animal e vegetal e em proteção ambiental;**

**IV – assistir órgãos oficiais em campanhas sanitárias, projetos, normatização, padronização e treinamentos técnicos, relacionados a sanidade animal, vegetal e ambiental;**

**V - identificar, manter e preservar organismos, proteínas e DNA, em coleções de interesse agropecuário;**

**VI – participar na formação profissional, visando à especialização em áreas afins, por meio de treinamentos, dias de campo, estágios, cursos de especialização, extensão universitária e cursos de qualificação de profissionais de nível superior;**

**VII – articular e acompanhar ações do Museu do Instituto Biológico;**

**VIII – disponibilizar serviços laboratoriais no âmbito de sua área de atuação;**

**IX – implementar e acompanhar ações decorrentes da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008 (Lei de Inovação Tecnológica do Estado de São Paulo) e suas alterações.**

**Artigo 25 - O Instituto de Economia Agrícola tem as seguintes atribuições:**

**I - realizar pesquisas socioeconômicas e ambientais relativas à agropecuária, com vistas ao desenvolvimento sustentável;**

**II – desenvolver, produzir informações, serviços técnicos e dados estatísticos, para atendimento das demandas do setor produtivo;**

**III - analisar e propor políticas públicas para o setor agropecuário, visando maior competitividade e justiça social;**

**IV - gerar, adaptar e transferir conhecimentos científicos e informações socioeconômicas, aplicados ao negócio agrícola;**

**V - manter e disponibilizar banco de dados com informações estratégicas para a sociedade;**

**VI – participar na formação profissional, visando à especialização em áreas afins, por meio de treinamentos, dias de campo, estágios e cursos de especialização;**

**VII - implementar e acompanhar ações decorrentes da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008 (Lei de Inovação Tecnológica do Estado de São Paulo) e suas alterações.**

**Artigo 26 - O Instituto de Pesca tem as seguintes atribuições:**

**I – realizar pesquisas bem como gerar, adaptar, difundir e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos na área de pesca, aquicultura e ecossistemas aquáticos, para possibilitar o uso racional dos recursos aquáticos, visando à melhoria da qualidade de vida;**

**II - disponibilizar:**

**a) informações sobre tecnologia, produção e estoques pesqueiros, através da difusão e transferência dos conhecimentos;**

**b) serviços laboratoriais no âmbito de sua área de atuação;**

**III – desenvolver e produzir insumos, material reprodutivo para aquicultura e serviços técnicos, para atendimento das demandas do setor produtivo;**

**IV – identificar, manter e preservar organismos, em coleções de interesse para a aquicultura;**

**V – participar na formação profissional, visando à especialização em áreas afins, por meio de treinamentos, dias de campo, estágios, cursos de especialização, extensão universitária e cursos de qualificação de profissionais de nível superior;**

**VI – articular e acompanhar ações do Museu e aquelas relacionadas ao aquário do Instituto de Pesca;**

**VII - apoiar o desenvolvimento regional do agronegócio;**

**VIII - implementar e acompanhar ações decorrentes da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008 (Lei de Inovação Tecnológica do Estado de São Paulo) e suas alterações.**

**Artigo 27 - O Instituto de Tecnologia de Alimentos tem as seguintes atribuições:**

**I – realizar pesquisa e desenvolvimento de métodos e técnicas de preparo, armazenamento, processamento, conservação, acondicionamento, distribuição e utilização de alimentos e seus subprodutos, bem como a aplicação de métodos de avaliação de qualidade de matérias-primas, alimentos processados e embalagens;**

**II - programar e executar atividades relativas à assistência tecnológica e à transferência dos resultados das pesquisas em alimentos e embalagens aos setores produtivos, público e privado;**

**III - realizar estudos, projetos, normatização e padronização, relacionados a alimentos e embalagens;**

**IV - colaborar com entidades de formação profissional e institutos de ensino superior, visando ao treinamento de técnicos e especialistas na área de alimentos e embalagens;**

**V – desenvolver e produzir serviços técnicos na área de tecnologia de alimentos, para atendimento das demandas do setor produtivo;**

**VI – participar na formação profissional, visando à especialização em áreas afins, por meio de treinamentos, dias de campo, estágios e cursos de especialização;**

**VII – disponibilizar serviços laboratoriais no âmbito de sua área de atuação;**

**VIII - implementar e acompanhar ações decorrentes da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008 (Lei de Inovação Tecnológica do Estado de São Paulo) e suas alterações.**

**Artigo 28 - O Instituto de Zootecnia tem as seguintes atribuições:**

**I - realizar pesquisas básicas e aplicadas na área de zootecnia;**

**II - desenvolver atividades científicas e transferir tecnologias e produtos para a sustentabilidade dos sistemas de produção animal;**

**III - trabalhar para o incremento da produtividade, qualidade e rentabilidade dos sistemas de produção agrícola;**

**IV - contribuir para a formulação de políticas agrícolas e de ciência e tecnologia;**

**V - apoiar o desenvolvimento regional do agronegócio;**

**VI – desenvolver e produzir produtos, genéticos e básicos, e serviços técnicos, para atendimento das demandas do setor produtivo;**

**VII – identificar e manter o patrimônio genético das espécies que compõem os bancos de germoplasma de interesse socioeconômico para o Estado;**

**VIII - participar na formação profissional, visando à especialização em áreas afins, por meio de treinamentos, dias de campo, estágios, cursos de especialização, extensão universitária e cursos de qualificação de profissional de nível superior;**

**IX – disponibilizar serviços laboratoriais no âmbito de sua área de atuação;**

**X - implementar e acompanhar ações decorrentes da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008 (Lei de Inovação Tecnológica do Estado de São Paulo) e suas alterações.**

**Artigo 29 - O Departamento de Descentralização do Desenvolvimento tem as seguintes atribuições:**

**I - apoiar a ação regional de pesquisa e desenvolvimento dos Institutos de Pesquisa da APTA, visando ao atendimento das especificidades do território paulista;**

**II – promover:**

**a) a interação entre a programação local e a capacidade instalada nos Institutos de Pesquisa da APTA, nas ações regionais fundamentais para o desenvolvimento dos agronegócios;**

**b) a transferência do conhecimento para o agronegócio regional, bem como a qualificação dos recursos humanos envolvidos neste setor;**

**III - prospectar as demandas regionais de pesquisa para orientar a programação local dos Institutos de Pesquisa da APTA.”;(NR)**

**XIII – o inciso I do artigo 30:**

**“I - assistir ao dirigente da unidade no desempenho de suas atribuições;”;(NR)**

**XIV – do artigo 32:**

**a) o inciso I:**

**“I – Centros de Pesquisa, unidades especializadas ou multidisciplinares de pesquisa e desenvolvimento, sediadas no mesmo município sede do instituto de pesquisa, com atuação de abrangência estadual, objetivando gerar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos com foco nas prioridades institucionais nas áreas de conhecimento de seu campo de atuação;”; (NR)**

**b) os inciso V e VI:**

**“V – Núcleos Regionais de Pesquisa, unidades de pesquisa e desenvolvimento, objetivando gerar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos com foco nas prioridades institucionais nas áreas de conhecimento de seu campo de atuação;**

**VI – Unidades Laboratoriais de Referência, caracterizadas como centros de referência para qualidade de produtos e processos, focadas na inovação e na produção de insumos, visando à atualização e ao aperfeiçoamento de métodos e técnicas de diagnoses e diagnósticos, para execução da pesquisa e desenvolvimento e para prestação de serviços especializados no campo laboratorial, produção de insumos para a transferência de material genético melhorado, animal ou vegetal, e para os sistemas de informação estratégica, em especial na certificação de qualidade de produtos e processos com rastreabilidade adequada;”;(NR)**

**c) os §§ 1º e 2º:**

**“§ 1º - O detalhamento das atribuições das unidades básicas de ciência e tecnologia, previstas nos incisos I, III e V a IX deste artigo, será realizado por portaria do respectivo dirigente do departamento que integram.**

**§ 2º - O detalhamento das atribuições dos Polos Regionais de que trata o inciso IV deste artigo será realizado por portaria do Coordenador da APTA.”;(NR)**

**XV - a denominação da Subseção III da Seção VI do Capítulo II do Título III, e o “caput” de seu artigo 58:**

**“SUBSEÇÃO III**

**Dos Centros Experimentais dos Institutos de Pesquisa**

**Artigo 58 – Os Centros Experimentais dos Institutos de Pesquisa têm as seguintes atribuições:”;(NR)**

**XVI - a denominação da Subseção IV da Seção VI do Capítulo II do Título III, e seu artigo 59:**

**“SUBSEÇÃO IV**

**Do Núcleo de Atividades Técnico-Operacionais do Centro Avançado de Pesquisa de Cana**

**Artigo 59 – O Núcleo de Atividades Técnico-Operacionais, do Centro Avançado de Pesquisa de Cana, tem as seguintes atribuições:**

**I – estabelecer as atividades de campo para atender as demandas da programação de produção de sementes e de experimentação do Centro;**

**II – definir as necessidades de insumos agrícolas para a programação das atividades do ano agrícola;**

**III - zelar pelo bom funcionamento e manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, bem como da infraestrutura de apoio;**

**IV – cuidar da distribuição de equipes de campo para as atividades de manutenção e condução dos campos experimentais e de produção de sementes.”;(NR)**

**XVII - o § 2º do artigo 65:**

**“§ 2º - A programação de pesquisa e ação de desenvolvimento regional da APTA deverá ser submetida à avaliação dos Institutos de Pesquisa com os quais os respectivos objetos de investigação e atuação guardem afinidade.”;(NR)**

**XVIII - a denominação do Capítulo III do Título IV, e seu artigo 80:**

**“CAPÍTULO III**

**Dos Órgãos Colegiados do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento**

**Artigo 80 – São órgãos colegiados do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento:**

**I – Conselho Técnico-Científico (CTC);**

**II – Comissão de Integridade Científica;**

**III - Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).”;(NR)**

**XIX – o Capítulo V do Título IV, e seus artigos 86 a 88:**

**“CAPÍTULO V**

**Do Órgão Colegiado dos Centros de Pesquisa dos Institutos de Pesquisa**

**Artigo 86 – O órgão colegiado dos Centros de Pesquisa, dos Institutos de Pesquisa, é o Conselho de Pesquisa e Desenvolvimento (CDP).**

**Artigo 87 - A composição do Conselho de Pesquisa e Desenvolvimento (CDP) de cada um dos Centros de Pesquisa, dos Institutos de Pesquisa, será a seguinte:**

**I – Diretor do Centro de Pesquisa, que é o Secretário Executivo do Conselho;**

**II – até 5 (cinco) representantes de órgãos e/ou entidades governamentais ligados às áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação;**

**III – até 15 (quinze) representantes das cadeias produtivas inseridas na área de atuação do Centro.**

**§ 1º - O Presidente do Conselho será escolhido por seus membros, dentre seus pares, para um período de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.**

**§ 2º - O Conselho se reunirá ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente por convocação de seu Presidente.**

**§ 3º - Os representantes de que tratam os incisos II e III deste artigo serão designados por portaria do Coordenador da APTA, a partir das indicações feitas pelos Diretores dos Institutos de Pesquisa, após consulta às autoridades responsáveis pelos órgãos, entidades ou cadeias produtivas a serem representados.**

**Artigo 88 – Os Conselhos de Pesquisa e Desenvolvimento (CDP) dos Centros de Pesquisa, dos Institutos de Pesquisa, têm as seguintes atribuições:**

**I – contribuir para a definição da política de desenvolvimento e inovação que orienta as atividades de pesquisa, assistência tecnológica, consultoria e treinamento de recursos humanos do Centro;**

**II – formular diretrizes para a priorização de linhas de pesquisa com base nas reais necessidades do setor produtivo e da sociedade;**

**III - fomentar e fortalecer parcerias com os setores público e privado na execução de projetos e serviços tecnológicos para geração de conhecimento e inovação;**

**IV - propor medidas que facilitem a efetiva transferência à sociedade de conhecimentos e inovações gerados por meio de pesquisas e serviços tecnológicos realizados pelo Centro;**

**V - colaborar na avaliação da gestão das atividades desenvolvidas pelo Centro, em suas várias áreas de atuação, recomendando medidas para otimizar a utilização dos recursos alocados e aumentar a produtividade;**

**VI - promover ações e atividades em apoio ao desenvolvimento e à promoção do Centro.”; (NR)**

**XX – do artigo 108:**

**a) a alínea “n” do inciso II:**

**“n) Centros Experimentais;”;(NR)**

**b) a alínea “i” do inciso III:**

**“i) Núcleos Regionais de Pesquisa;”;(NR)**

**c) o parágrafo único:**

**“Parágrafo único – Os Corpos Técnicos, as Assistências Técnicas, as Assistências de Ação Regional, as Células de Apoio Administrativo, as Células de Suporte Operacional e o Recinto de Eventos do Agronegócio de Ribeirão Preto não se caracterizam como unidades administrativas.”;(NR)**

**XXI - do artigo 109:**

**a) o “caput” do inciso II:**

**“II – 8 (oito) funções de Diretor Técnico de Departamento, destinadas:”;(NR)**

**b) os incisos IV a VI:**

**“IV – 62 (sessenta e duas) de Diretor Técnico de Divisão, destinadas:**

**a) 1 (uma) ao Centro de Planejamento e Avaliação da Produção do Conhecimento;**

**b) 11 (onze), sendo 1 (uma) a cada um dos Polos Regionais;**

**c) 10 (dez), sendo 1 (uma) a cada um dos Centros Avançados de Pesquisa;**

**d) 25 (vinte e cinco), sendo 1 (uma) a cada um dos Centros de Pesquisa;**

**e) 1 (uma) ao Centro Experimental de Campinas “Fazenda Santa Elisa”, do Instituto Agronômico de Campinas;**

**f) 1 (uma) ao Centro Experimental Central, do Instituto de Zootecnia;**

**g) 6 (seis), sendo 1 (uma) a cada um dos Centros de Programação de Pesquisa;**

**h) 7 (sete), sendo 1 (uma) a cada um dos Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs;**

**V – 45 (quarenta e cinco) de Diretor Técnico de Serviço, destinadas:**

**a) 35 (trinta e cinco), sendo 1 (uma) a cada uma das Unidades Laboratoriais de Referência;**

**b) 2 (duas), sendo 1 (uma) a cada um dos Núcleos Regionais de Pesquisa do Instituto de Pesca;**

**c) 1 (uma) ao Núcleo de Produção de Sementes Genéticas;**

**d) 1 (uma) ao Núcleo do Quarentenário;**

**e) 6 (seis), sendo uma a cada um dos Núcleos de Gestão de Cursos Especializados;**

**VI – 24 (vinte e quatro) de Chefe de Seção Técnica, destinadas:**

**a) 19 (dezenove), sendo 1 (uma) a cada uma das Unidades de Pesquisa e Desenvolvimento;**

**b) 3 (três), sendo 1 (uma) a cada um dos Laboratórios Especializados;**

**c) 2 (duas), sendo 1 (uma) a cada um dos Laboratórios Regionais;”;(NR)**

**XXII– do artigo 110:**

**a) o inciso I e o “caput” do inciso II:**

**“I – 1 (uma) de Diretor Técnico III, destinada à Diretoria da Administração Superior;**

**II – 18 de Diretor Técnico II, destinadas:”;(NR)**

**b) o inciso III: - retificação abaixo -**

**“III – 68 (sessenta e oito) de Diretor Técnico I, destinadas:**

**leia-se como segue e não como constou:**

**b) o “caput” e as alíneas “a” e “b” do inciso III:**

**“III – 68 (sessenta e oito) de Diretor Técnico I, destinadas: ... ”;(NR)**

**a) 12 (doze), sendo:**

**1. 1 (uma) ao Núcleo de Informação e Transferência do Conhecimento, do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento;**

**2. 1 (uma) a cada um dos Núcleos de Informação e Transferência do Conhecimento, dos Polos Regionais, no total de 11 (onze);**

**b) 9 (nove), sendo 1 (uma) a cada um dos Núcleos de Informação e Transferência de Conhecimento, dos Centros Avançados de Pesquisa;”;(NR)**

**c) do inciso IV:**

**1. o “caput”:**

**“IV – 6 (seis) de Chefe II, destinadas:”;(NR)**

**2. a alínea “c”:**

**“c) 1 (uma) ao Centro de Convivência Infantil, do Centro Avançado de Pesquisa em Proteção de Plantas e Saúde Animal, do Instituto Biológico;”;(NR)**

**d) do inciso V:**

**1. o “caput”:**

**“V – 56 (cinquenta e seis) de Diretor I, destinadas:”;(NR)**

**2. as alíneas “e” e “f”:**

**“e) 10 (dez), sendo 1 (uma) a cada um dos Núcleos de Apoio Administrativo, dos Centros Avançados de Pesquisa;**

**f) 11 (onze), sendo 1 (uma) a cada um dos Núcleos de Apoio Administrativo, dos Polos Regionais;”;(NR)**

**3. a alínea “h”:**

**“h) 2 (duas), sendo 1 (uma) a cada um dos Núcleos de Apoio Administrativo, dos Centros Experimentais.”;(NR)**

**XXIII – o artigo 111:**

**“Artigo 111 – Para fins de atribuição da gratificação “pro labore” a que se refere o artigo 12 da Lei Complementar nº 661, de 11 de julho de 1991, com a redação dada pelo artigo 32 da Lei Complementar nº 1.122, de 30 de junho de 2010, ficam caracterizadas como específicas das classes de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica, 32 (trinta e duas) funções de Chefe de Seção destinadas às Equipes Operacionais.”.(NR)**

**Artigo 7º - Ficam acrescentados ao Decreto nº 46.488, de 8 de janeiro de 2002, os dispositivos adiante enumerados, com a redação a seguir:**

**I – o inciso IV do artigo 6º:**

**“IV – Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT.”;**

**II – do artigo 8º:**

**a) os incisos IX a XI:**

**“IX – Centro de Programação de Pesquisa;**

**X – Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT;**

**XI - Núcleo de Gestão de Cursos Especializados.”;**

**b) o § 2º:**

**“§ 2º - O Recinto de Eventos do Agronegócio de Ribeirão Preto, referido no item 2 da alínea “a” do inciso III deste artigo, está localizado em espaço integrante da área física do Centro Avançado de Pesquisa de Cana e tem por finalidade acolher eventos voltados para o agronegócio, respeitada a competência prevista na alínea “d” do inciso IV do artigo 112 deste decreto.”;**

**III – os incisos VIII a X do artigo 9º:**

**“VIII – Centro de Programação de Pesquisa;**

**IX – Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT;**

**X - Núcleo de Gestão de Cursos Especializados.”;**

**IV - os incisos VI a VIII do artigo 10:**

**“VI – Centro de Programação de Pesquisa;**

**VII - Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT;**

**VIII – Núcleo de Gestão de Cursos Especializados.”;**

**V – os incisos VII a IX do artigo 11:**

**“VII – Centro de Programação de Pesquisa;**

**VIII - Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT;**

**IX – Núcleo de Gestão de Cursos Especializados.”;**

**VI – os incisos VI a VIII do artigo 12:**

**“VI – Centro de Programação de Pesquisa;**

**VII - Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT;**

**VIII – Núcleo de Gestão de Cursos Especializados.”;**

**VII – os incisos IX a XI do artigo 13:**

**“IX – Centro de Programação de Pesquisa;**

**X - Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT;**

**XI – Núcleo de Gestão de Cursos Especializados.”;**

**VIII – o artigo 13A:**

**“Artigo 13A – Os Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs, previstos nos incisos IV do artigo 6º, X do artigo 8º, IX do artigo 9º, VII do artigo 10, VIII do artigo 11, VII do artigo 12 e X do artigo 13, todos deste decreto, contam, cada um, com:**

**I - Assistência Técnica;**

**II - Célula de Suporte Operacional;**

**III - Célula de Apoio Administrativo.”;**

**IX – o parágrafo único do artigo 15:**

**“Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica ao Centro Avançado de Pesquisa em Proteção de Plantas e Saúde Animal, do Instituto Biológico.”;**

**X – o inciso X do artigo 22:**

**“X – prestar serviços de Secretaria Executiva ao Conselho Superior de Pesquisa dos Agronegócios – CSPA;”;**

**XI - do artigo 32:**

**a) os incisos VIII e IX:**

**“VIII – Laboratórios Regionais, unidades laboratoriais de pesquisa em sanidade animal e vegetal e de prestação de serviços de análise e diagnóstico de enfermidades, observadas suas respectivas áreas de abrangência;**

**IX – Laboratórios Especializados, unidades de pesquisa e prestação de serviços em áreas de sanidade, animal e vegetal, e de produtos derivados da produção agropecuária.”;**

**b) o § 5º:**

**“§ 5º - O Núcleo de Produção de Sementes e o Núcleo do Quarentenário caracterizam-se como unidades básicas de ciência e tecnologia e terão suas atribuições definidas por portaria do Diretor do Instituto Agronômico.”;**

**XII – a Subseção IV da Seção IV do Capítulo II do Título III, com seu artigo 42A:**

**“SUBSEÇÃO IV**

**Dos Núcleos de Gestão de Cursos Especializados**

**Artigo 42A – Os Núcleos de Gestão de Cursos Especializados têm as seguintes atribuições:**

**I – organizar e promover cursos de capacitação de pessoal externo com formação de nível superior;**

**II – buscar apoio em entidades de fomento, para viabilização de suporte financeiro para cursos, inclusive para treinandos;**

**III – estimular os Centros de Pesquisa na criação de cursos de especialização, inclusive “lato sensu” e MBA, em suas áreas de atuação;**

**IV – propor, aos dirigentes dos departamentos envolvidos, regimentos e normas de funcionamento dos cursos a serem implantados.”;**

**XIII – a Subseção I-A da Seção V do Capítulo II do Título III, com seu artigo 43A:**

**“SUBSECÃO I-A**

**Dos Centros de Programação de Pesquisa**

**Artigo 43A – Os Centros de Programação de Pesquisa têm as seguintes atribuições:**

**I – promover, juntamente com os Centros de Pesquisa, ações para definição das linhas estratégicas de pesquisa do respectivo Instituto;**

**II – realizar o acompanhamento e a avaliação dos projetos de pesquisa da instituição, estabelecendo mecanismos para estes procedimentos;**

**III – elaborar diagnósticos e relatórios sobre a programação científica da instituição;**

**IV – propor e organizar reuniões para definição de demandas programáticas para as diferentes áreas de pesquisa inseridas no âmbito de atuação do respectivo Instituto.”;**

**XIV – o inciso VI do artigo 44:**

**“VI – por meio do Núcleo de Apoio à Gestão de Recursos Humanos:**

**a) subsidiar os Núcleos de Pessoal, dos Centros de Administração da Pesquisa e Desenvolvimento, na utilização de sistemas informatizados de processos de afastamento dos servidores da APTA;**

**b) executar as atividades relativas aos bancos de dados relacionados:**

**1. ao plano de capacitação contínua dos recursos humanos da APTA;**

**2. ao sistema de informações sobre a realidade dos cargos e funções-atividades da APTA;**

**c) fornecer suporte administrativo à diretoria do Centro de Recursos Humanos na elaboração dos planos de capacitação, bem como no controle e acompanhamento de sua execução.”;**

**XV – o inciso III e o parágrafo único do artigo 75:**

**“III - Comissão de Integridade Científica.**

**Parágrafo único - O Instituto Biológico, o Instituto de Pesca e o Instituto de Zootecnia contam, ainda, cada um, com Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).”;**

**XVI – a Subseção III da Seção II do Capítulo II do Título IV, com seus artigos 79A e 79B, e a Subseção IV, com seu artigo 79C:**

**“SUBSEÇÃO III**

**Das Comissões de Integridade Científica**

**Artigo 79A – As Comissões de Integridade Científica são compostas, cada uma, de 5 (cinco) membros titulares e (cinco) suplentes, escolhidos e designados pelo dirigente do respectivo Instituto, dentre servidores ocupantes de cargo ou função-atividade de nível universitário.**

**Artigo 79B – As Comissões de Integridade Científica têm as seguintes atribuições:**

**I – prestar assessoria à Diretoria da unidade que integra, quanto às boas práticas na realização de pesquisas científicas e na elaboração de projetos e de publicações técnicas e científicas, promovendo a cultura da integridade ética da pesquisa na instituição;**

**II – atuar como instância consultiva, educativa e investigativa, visando defender os interesses da pesquisa no que tange à sua integridade e dignidade;**

**III – elaborar e divulgar material de orientação voltado à preservação da integridade científica no âmbito da unidade que integra;**

**IV – propor e coordenar ações educativas e preventivas voltadas à preservação das boas práticas na realização e na publicação de pesquisas;**

**V – propor ao Conselho Técnico-Científico e à Diretoria da unidade que integra as ações cabíveis em caso de má conduta de pesquisadores na realização ou na publicação de pesquisas.**

**SUBSEÇÃO IV**

**Das Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs)**

**Artigo 79C – As Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs) são regidas pela Lei federal nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.”;**

**XVII – os artigos 82A a 82C do Capítulo III do Título IV:**

**“Artigo 82A – A Comissão de Integridade Científica, do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento, é composta de 5 (cinco) membros titulares e (cinco) suplentes, escolhidos e designados pelo dirigente do Departamento, dentre servidores ocupantes de cargo ou função-atividade de nível universitário.**

**Artigo 82B – A Comissão de Integridade Científica, do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento, tem as atribuições previstas nos incisos I a V do artigo 79B deste decreto.**

**Artigo 82C - A Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) é regida pelos artigos 9º e 10 da Lei federal nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.”;**

**XVIII - do artigo 108:**

**a) as alíneas “o” e “p” do inciso II:**

**“o) Centros de Programação de Pesquisa;**

**p) Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs;”;**

**b) as alíneas “m” a “p” do inciso III:**

**“m) Núcleos de Gestão de Cursos Especializados;**

**n) Núcleo de Atividades Técnico-Operacionais;**

**o) Núcleo de Produção de Sementes Genéticas;**

**p) Núcleo do Quarentenário;”;**

**c) as alíneas “d” e “e” do inciso IV:**

**“d) Laboratórios Especializados;**

**e) Laboratórios Regionais;”;**

**d) a alínea “f” do inciso V:**

**“f) Núcleo de Apoio à Gestão de Recursos Humanos;”;**

**XIX – a alínea “m” do inciso III do artigo 110: - retificação abaixo -**

**“m) 1 (uma) ao Núcleo de Atividades Técnico-Operacionais;”**

**leia-se como segue e não como constou:**

**XIX – do artigo 110:**

**a) a alínea “m” do inciso III:**

**“m) 1 (uma) ao Núcleo de Atividades Técnico-Operacionais;”;**

**b) a alínea “i” do inciso V:**

**“i) 1 (uma) ao Núcleo de Apoio à Gestão de Recursos Humanos.”; ...**

**XX - a alínea “t” do inciso I do artigo 112:**

**“t) exercer as competências que lhe são conferidas nos termos da Lei federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008, e do Decreto nº 62.817, de 4 de setembro de 2017.”;**

**XXI – os §§ 1º e 2º do artigo 113:**

**“§ 1º - Aos Diretores dos Institutos de Pesquisa cabe, ainda, exercer as competências que lhes são conferidas nos termos da Lei federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008, e do Decreto nº 62.817, de 4 de setembro de 2017.**

**§ 2º – Ao Diretor do Departamento de Gestão Estratégica cabe, ainda:**

**1. exercer a articulação entre o Conselho Superior de Pesquisa dos Agronegócios, as Câmaras Setoriais e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, nos assuntos de interesse da pesquisa dos agronegócios;**

**2. assistir o Coordenador da Agência nas ações relativas ao Conselho;**

**3. convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, por instrução do Presidente do Conselho e preparar os temas e documentos necessários;**

**4. exercer as atividades delegadas pelo Presidente do Conselho.”;**

**XXII – os artigos 130A e 130B:**

**“Artigo 130A – Os Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs previstos nos incisos IV do artigo 6º, X do artigo 8º, IX do artigo 9º, VII do artigo 10, VIII do artigo 11, VII do artigo 12 e X do artigo 13, todos deste decreto, são regidos pelos artigos 8º a 10 do Decreto nº 62.817, de 4 de setembro de 2017, e contam, cada um, com:**

**I – Assistência Técnica;**

**II – Célula de Apoio Operacional;**

**III – Célula de Apoio Administrativo.**

**Parágrafo único – A Assistência Técnica e as Células referidas neste artigo não se caracterizam como unidades administrativas.**

**Artigo 130B - Os Centros Avançados de Pesquisa, os Centros de Pesquisa e os Polos Regionais, assim renomeados de acordo com o disposto nos incisos I, II e VII do artigo 1º do decreto que promove alterações na estrutura da APTA, ainda são referidos, em dispositivos deste decreto, com suas denominações anteriores, a saber: Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio, Centro de Análise e Pesquisa Tecnológica do Agronegócio, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento e Polo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios.”.**

**Artigo 8º - Os procedimentos administrativos para transferência de bens móveis, equipamentos, cargos, funções-atividades, direitos, obrigações e acervo, em decorrência de disposições deste decreto, serão realizados pela Diretoria da Administração Superior, do Gabinete do Coordenador da APTA, em conjunto com os Centros de Administração da Pesquisa e Desenvolvimento dos departamentos envolvidos.**

**Artigo 9º - A redução estimada da despesa com funções de comando decorrente deste decreto poderá vir a ser considerada para a edição de outros decretos de reorganização ou de criação e organização de unidades, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, desde que:**

**I - a proposta tramite no mesmo processo que tratou da matéria objeto deste decreto;**

**II – o decreto correspondente seja editado no mesmo exercício.**

**Artigo 10 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial:**

**I - do Decreto nº 46.488, de 8 de janeiro de 2002:**

**a) o inciso III do artigo 6º;**

**b) o inciso V do artigo 8º;**

**c) o inciso V do artigo 9º;**

**d) o inciso V do artigo 13;**

**e) do artigo 14, o inciso IV e o § 2º;**

**f) o inciso II do artigo 15;**

**g) o inciso II do artigo 16;**

**h) o inciso II do artigo 32;**

**i) a Subseção II da Seção VI do Capítulo II do Título II e seus artigos 56 e 57;**

**j) o inciso II do artigo 68;**

**k) o artigo 70;**

**l) o parágrafo único do artigo 71;**

**m) o inciso II do artigo 98;**

**n) o inciso II do artigo 101;**

**o) do artigo 108:**

**1. a alínea “j” do inciso I;**

**2. as alíneas “f” e “m” do inciso II;**

**p) a alínea “i” do inciso II do artigo 109;**

**q) alínea “g” do inciso V do artigo 110;**

**II – do Decreto nº 49.284, de 23 de dezembro de 2004, os incisos V, VII, VIII, XIV, XVII e XVIII, todos do artigo 1º;**

**III– do Decreto nº 59.869, de 4 de dezembro de 2013, os artigos 3º e 6º.**

**Palácio dos Bandeirantes, 19 de março de 2018**

**GERALDO ALCKMIN**

***(\*) Revogado pelo Decreto nº 66.417, de 30 de dezembro de 2021***